



Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social
Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais.

A PARTICIPAÇÃO DOS CATÓLICOS NOS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO LULA

CAMILA FARIA PANÇARDES¹

Resumo: O presente trabalho analisa os fundamentos do movimento cristão com origem na teologia da libertação através da aliança entre cristãos e o movimento das esquerdas no Brasil, durante o governo do Lula, sendo o Programa Fome Zero eixo de análise. Esta pesquisa é parte do projeto de tese intitulado "Crise dos movimentos sociais no Brasil e a relação com os governos PT. Estudo sobre a participação do Movimento Nacional de Fé e Política no Programa Fome Zero (2003-2016)" e visa analisar as contradições entre Partido e Movimento cristão, num contexto de ofensiva neoliberal e reestruturação e crise da economia.

Palavras-chave: movimentos sociais; partido dos trabalhadores; política social; questão social.

Abstract: The present work analyzes the foundations of the Christian movement that originated in the theology of liberation through the alliance between Christians and the left movement in Brazil during the Lula administration. The Zero Hunger Program is the axis of analysis. This research is part of the thesis project entitled "Crisis of social movements in Brazil and the relationship with PT governments. Study on the participation of the National Movement of Faith and Politics in the Zero Hunger Program (2003-2016)" and aims to analyze the contradictions between the Christian Party and the Movement in a context of neoliberal offensive and restructuring and economic crisis.

Keywords: social movements; workers party; social policy; social issues

I – INTRODUÇÃO:

O presente trabalho *intitulado* "A participação dos católicos nos programas sociais do Governo Lula" é parte da tese de doutoramento em andamento no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Nele pretendemos analisar os fundamentos do movimento cristão com origem na teologia da libertação através da aliança entre cristãos e o movimento das esquerdas no Brasil, durante os governos do PT, Lula e Dilma Rousseff (2003-2016), sendo o Programa Fome Zero, o eixo de análise.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <camifariavr@gmail.com>

O objeto da pesquisa de doutoramento é oriunda de uma primeira aproximação ao tema por meio de minha dissertação de mestrado intitulada *“As Comunidades Eclesiais de base no processo de organização política do movimento popular pela moradia no município de Volta Redonda (1970 – 1980)”*, onde foi abordada a tênue relação entre os movimentos sociais cristãos, inspirados pela teologia da libertação e a gênese do partido dos trabalhadores (PT). Até aqui nos interessou conhecer os pontos de convergência entre estes dois sujeitos históricos. Interessa-nos agora analisar as contradições entre ambos, Partido e Movimento cristão, num contexto de ofensiva neoliberal e reestruturação e crise da economia, como manifestação política da questão social, que ganha contornos específicos na década de 1990, dos quais as esquerdas e parte delas, as comunidades eclesiais de base (CEBs) sofrem intensamente, perdendo grande força, o que resulta em uma fragmentação ideológica e logo, política, contrastando com as décadas anteriores.

Diante desse contexto histórico, a investigação propõe aprofundar as relações entre um movimento cristão expressivo de tal conjuntura de crise que representa o ideário neoliberal, a partir dos anos 1990 no Brasil e a ascensão do PT ao poder, na década de 2000.

O ponto de observação empírica deste projeto é um dos movimentos onde se articulam espontaneamente as bases de apoio dos cristãos ao governo Lula, o Movimento Nacional de Fé e Política, MNF&P. Entende-se que tal articulação entre fé e política configura uma participação inédita da esquerda católica a nível da política oficial, tendo como original a convergência entre os fundamentos populares da Teologia da Libertação-TdL e o engajamento político consequente de suas lideranças leigas nos movimentos sociais e consequentemente, nas bases sociais do governo. Um elemento central é a presença de contradições, Um elemento central é a presença de contradições, uma dialética entre autonomia e apoio institucional, constituindo-se em um novo momento, embora de continuidade histórica, da práxis política dos cristãos. Embora uma visão apressada possa nos remeter à convergência de uma crise entre ambas as esferas, TdL e o PT, pela cumplicidade envolvida durante o governo entre ambas, a realidade apreendida pela pesquisa deve

revelar as particularidades dessa relação política e institucional e a singularidade de um movimento que, sendo leigo, secularizado e não institucional, ultrapassa a política partidária, da mesma forma que a autoridade da hierarquia católica. Algumas características poderão ser observadas e confirmadas: as políticas sociais representam a conexão entre superação e continuidade de elementos vitais àquela teologia; e a participação no governo representa um salto do movimento via política partidária, embora uma autonomia das bases garantiu a mobilização dos movimentos sociais para continuar cobrando do governo sua pauta de reivindicações.

O Programa Fome Zero é o eixo de análise da relação entre esses dois sujeitos, por meio das quais procuramos respostas a propósito dos resultados à pauta de demandas dos cristãos. Compreende-se que o Fome Zero, assim como, os próprios governos do PT, foram constituídas num limite conjuntural de estreita relação com as regras do Banco Mundial, esboçando nos primeiros anos de governo, um esvaziamento do Partido. Isso guarda relação com o caráter reduzido e limitado democraticamente, das políticas sociais, o que levamos a buscar relações entre a história de base popular do governo e as bases efetivas que ele consegue aglutinar, mesmo após os primeiros impactos de suas reformas econômicas sobre os movimentos sociais. As estratégias políticas do PT no governo, se ampliaram para setores não afeitos a pauta socialista de suas origens, geraram uma reconfiguração do partido e produziu um terreno fértil para o fortalecimento e ascensão das forças conservadoras, neutralizando ou afastando as forças aliadas no campo das esquerdas. Metodologicamente delimitamos o MNF&P e a forma como o mesmo acompanhou o processo de obtenção de consenso dos movimentos sociais pelos governos mencionados. Em síntese, entende-se que há uma fragmentação do ideário socialista nas esquerdas e que o MNF&P seria expressão da mesma. Ele representaria um novo movimento marcado por características que aprofundam os valores cristãos pautando-os nas lutas sociais. Sua abertura ao partido, representa uma articulação desde as bases, no espaço das experiências municipais de gestão participativa, seja participando no interior de governos locais, seja articulando os movimentos populares para reivindicar direitos e exercer o controle democrático na

municipalidade. Portanto, este movimento não significa uma ruptura com os valores das esquerdas, mas uma sustentação e atualização dos mesmos, de forma articulada às lutas sociais e exercendo pressão, porém, nos limites do tolerado politicamente: tanto para os cristãos que viram na gestão participativa uma forma de garantia de direitos e mesmo, de uma proximidade com o Estado social, como para o Partido, que tinha nas bases dos movimentos sociais e popular, uma distinção em relação aos concorrentes partidários.

Contudo, o compromisso com os interesses populares afasta o MNF&P do Partido dos Trabalhadores, ao defender e articular-se com os valores político-religiosos da teologia da libertação e oferecer uma interpretação atual com base nos interesses dos movimentos sociais não tradicionais: indígenas, camponeses, urbano, barragens, ecológico, mulher, raça, etc. Nossa hipótese é de que a crise das esquerdas no Brasil se arrasta dos anos 1990 e chega ao seu ponto culminante com o impeachment de Dilma Rousseff. Ela significa um processo de fragmentação das referências socialistas, marcado por uma divisão acentuada entre partido, movimento popular e movimento sindical. O partido deixa de respeitar a pauta dos movimentos sociais e caminha em direção ao centro da lógica partidária no Brasil, onde os apoios são emergenciais e oportunistas. Porém, a pesquisa empírica seria a forma de nos aproximarmos desta realidade.

O recorte temporal desse trabalho é o período de 2003 – 2011, pois compreende o governo Lula. Na tese faremos a divisão dos governos Lula e Dilma, entendendo que existem especificidades importantes que ajudam-nos a diferenciar o nível de participação dos cristãos e, também, dos movimentos sociais entre um e outro governo.

II – DESENVOLVIMENTO:

ESTADO, POLÍTICA SOCIAL E PT.

Iniciamos este trabalho com a pergunta construída por Iasi (2010, p. 210) no artigo “O processo de democratização e seus resultados: amenização ou intensificação da luta de classes” sobre “*como atuará o Estado-classe*”

burguês durante o suposto exercício de uma maioria trabalhadora que venha assumir o governo de seu Estado?”.

Diante deste questionamento que se fez tão claro nas palavras de Mauro Iasi, esmiuçamos as contradições encontradas no Movimento Nacional de Fé e Política, frente a crise das esquerdas, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, tendo a política social como elemento chave para a análise dessas contradições. A escolha pelas políticas sociais como eixo de interpretação se dá pelo inicial posicionamento político e teórico de entender que apesar das contradições que cercam a formulação dessas políticas nos governos petistas, elas trouxeram ganhos significativos para a sociedade brasileira e principalmente para os trabalhadores que delas precisam. Entretanto, ao olhar para a essência do objeto de pesquisa em curso, observamos que os aparentes ganhos constituem a aparência de um fenômeno mais complexo, pois fazem parte da totalidade da sociedade burguesa com categorias históricas que merecem devida atenção pois podem desvendar elementos importantes sobre esta realidade.

Desde as esquerdas no Brasil pós ditadura e a contribuição dos movimentos sociais a partir de um setor dos intelectuais, os cristãos, até os determinantes que nos fazem refletir se as políticas sociais, que foram carro-chefe dos governos PT, de fato, cumpriram o papel de emancipar ou foram instrumentos de consenso que geraram perdas aos trabalhadores? Encontramos aqui a relevância de estudar a participação dos cristãos nos governos PT, pois ao assumir o “Estado-classe burguês”, esse partido lança mão de uma relação paradoxal com os sujeitos que compuseram a gênese do partido na década de 1980.

Ademais, outros determinantes históricos contribuem para essa complexa relação entre os cristãos e o partido como a relação entre religião e política na América Latina, que de forma singular, desenvolvem entre elas um elo verdadeiramente dialético. A partir dos anos de 1950, transformações sociais e políticas estavam a caminho na América Latina, face à industrialização do continente sob a hegemonia do capital multinacional. Assistiu-se ao aprofundamento das divisões sociais, o aumento do êxodo rural e crescimento dos centros urbanos. A Revolução Cubana, em 1959, abre um

novo período histórico na América Latina que, para Löwy (2000), foi caracterizado pela intensificação das lutas sociais, o aparecimento de movimentos guerrilheiros, uma sucessão de golpes militares e uma crise de legitimidade do sistema político.

Na década de 1960, a Igreja Católica no Brasil desenvolveu a perspectiva da Teologia da Libertação, marcada pela atuação crítica na defesa da justiça social e dos direitos civis. Segundo Lesbaupin (2005) verifica-se a partir daí o rompimento com conceitos tradicionais da Igreja institucional e o desenvolvimento de uma linguagem popular para fazer crítica ao sistema capitalista, revelando que este produz idolatria ao dinheiro e à ideologia do desenvolvimento econômico.

O movimento sindical que emerge em tal contexto parece ser apenas a ponta de um iceberg do movimento de resistência ao grau de exploração da força de trabalho, um dos pilares do padrão de acumulação capitalista, instaurado pelos militares a partir de 1964. Como efeito desse processo de acumulação viu-se uma concentração de milhares de trabalhadores em polos industriais e cidades circunvizinhas, em diferentes estados brasileiros, sendo o ABC paulista, a concentração urbana e industrial mais emblemática, do ponto de vista político e econômico, que emergiu nesse período. As greves dos metalúrgicos servirão de referência política para a série de movimentos grevistas no Brasil daquela época, envolvendo toda a classe trabalhadora.

Para Coutinho (*apud* IASI, 2016, p.202),

(...) o processo de democratização permitiria a entrada em cena das massas populares e da classe trabalhadora, alterando a qualidade da forma política marcada pelo prussianismo e permitindo que o interesse da classe trabalhadora encontrasse os caminhos pelos quais se apresentaria como vontade geral.

Segundo Iasi (2016), Coutinho acreditava que a superação da via prussiana traria um protagonismo que levaria à destruição da autocracia e possibilitaria o socialismo com “sujeitos políticos coletivos” como os movimentos sociais, sindicatos, as CEBs, movimentos de mulheres e de ecologia. O fortalecimento da “sociedade civil” e superação da tutela do Estado seriam reforçados com determinados aparelhos privados de hegemonia como a

OAB, CNBB e outros, o que para o autor não aconteceu. É exatamente nesse contexto que nasce o Partido dos Trabalhadores.

O PT emerge da necessidade dos trabalhadores de ter uma organização política enquanto meio de transformação e desenvolvimento das relações sociais no país. Para compor a plataforma inicial do partido, se associam aos setores mais combativos do operariado, os intelectuais de esquerda e o setor da Igreja Católica inspirado na Teologia da Libertação. Mas o que levaria um partido político construído por trabalhadores, com proposta anticapitalista, claramente escolher pela agenda capitalista e atuar como segundo *lasi* (2012) “nos limites da ordem?”

Devemos ressaltar que a chegada ao poder por esta via deverá configurar-se uma opção eleitoral, e não de massas, como se pretendia na gênese do partido. Neste momento, ficou claro que as convicções políticas do PT antes da chegada ao poder foram deixadas para que novos mecanismos e convicções fossem usadas.

De modo que despontou como alternativa de execução do projeto político do Estado mínimo e da abertura da economia regida pelo livre mercado, que se instaurou no Brasil, a partir da década de 1990. Os reflexos dessa contradição serão nítidos na década de 2000, quando o governo Lula, eleito para transformar o país, reitera na prática política e administrativa os padrões convencionais e arraigados na vida política nacional e contempla os interesses mais entranhados do capitalismo no Brasil.

Ou seja, a formação de uma frente de esquerda com bases diversificadas e populares, como foi o PT na década de 1980, começou logo na década seguinte a enfrentar um processo de crise, o que culmina de um lado com a crise do socialismo, e de outro, com a entrada do Brasil às regras do imperialismo.

A pergunta que nos move é como o movimento católico, especificamente o MNF&P, se comportou com essa escolha? Para responder esta pergunta se faz necessário compreender como se deu a participação dos cristãos no governo. Como dito anteriormente, a política social foi o carro chefe e foi pensada originalmente sob um viés universalista e formuladas por sujeitos comprometidos com as reformas de base. Elas teriam seguido estritamente a

direção das “contrarreformas” características do Estado mínimo de matriz neoliberal. Mas, os argumentos que as identificam como uma inovação das esquerdas, estão por serem avaliados como avanço em relação às elites tradicionais, que governaram o país até então. Essas questões permitem-nos entender dois pontos importantes em relação às políticas sociais que são: elas são focalizadas, mas guardam uma universalidade característica de uma forma diferente de governar, onde se tem um paradoxo entre os princípios democráticos das bases de esquerda e os princípios econômicos os quais colocam o Estado como um instrumento a serviço do Capital. Esse paradoxo é o que nos impede de afirmar a natureza conservadora do governo e das políticas sociais, apesar de corresponderem às prerrogativas do centro do Capital. Essa ambiguidade já desfigurou as bases do Partido do Governo, mas não o derrotou totalmente, uma vez que as políticas sociais fizeram diferença nos índices de pobreza e, se por um lado o governo não deu conta das promessas de campanha nos diversos aspectos, por outro lado, os movimentos sociais não conseguiram gerar uma oposição que consolidasse lideranças capazes de justificar as contradições do governo a seu favor. Ou seja, os movimentos sociais continuam sendo derrotados pelo Governo em relação às reformas que continuam reivindicando como mais consequentes na garantia de um modelo de desenvolvimento mais igual.

As questões específicas que apontamos em relação ao movimento dos cristãos e sua relação com o PT podem ser formuladas como uma inflexão no objeto, de modo a identificar nas bases do movimento de fé e política uma articulação importante do governo com os movimentos sociais. Nesse sentido, sintetizamos: a crise dos movimentos sociais na década de 1990 aprofundada com a hegemonia do projeto neoliberal ganhou traços irreversíveis a uma retomada das lutas sociais no Brasil, de modo autônomo. Isso teria marcado também o retrocesso de mobilização da esquerda católica. Diante das mudanças observadas dentro do PT e no conteúdo programático de sua agenda política, a militância cristã é uma força importante na condução do governo e do partido. Do ponto de vista das demandas históricas encabeçadas pelos cristãos no campo dos direitos humanos e sociais, qual teria sido o peso de tais reivindicações na formulação e gestão de políticas sociais? Lideranças

do movimento de base progressista dos cristãos, ao chegarem ao poder se distanciaram daquele ou mantiveram vínculos necessários à legitimação do governo? Enfim, como se dá a relação destes atores no Governo e as controvérsias acima mencionadas?

Nossa hipótese é de que a crise dos movimentos sociais, pode ser parcialmente relacionada à subida do PT ao poder. E ainda, que esta crise surge como consequência da cooptação de importantes atores políticos no campo dos direitos, na medida em que passam a atuar no governo, mesmo atuando nos limites dos interesses sociais, embora durante o processo não se vejam representados e entendem que as políticas sociais, que foram “carro-chefe” desses governo, não corresponde à realidade de agravamento das expressões da questão social.

Esse envolvimento pode ser confirmado, por exemplo, nos encontros realizados MNF&P. Segundo Pinheiro (2005), encontros sediados e apoiados por municípios governados pelo PT e marcados pela presença maciça de seus militantes, tanto representantes populares quanto lideranças partidárias. Entretanto, mesmo aqui a ligação do movimento com o poder do PT tem um caráter paradoxal que, para a autora, também enfraquece o movimento.

Tal relação torna vulnerável a capacidade crítica dos organizadores, os quais, foi possível observar, acabam legitimando a ideia de que o Estado se aproprie de valores como o voluntariado e a solidariedade para viabilizar políticas sociais menos onerosas a despeito da qualidade e da continuidade (PINHEIRO, 2005, p.100).

Além disso, certas lideranças cristãs em ONGs, pastorais sociais e movimentos sociais, são reticentes com relação às políticas sociais dos governos Lula e Dilma. Reclamam por uma reflexão sociológica das consequências políticas da sobreposição dos movimentos sociais e religiosos com o poder em todos os níveis da administração petista. Nesse jogo de forças contraditórias, a política de Assistência Social, tal como preconizada na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 1993, e resultado das lutas de vários segmentos, é definida em seu Artigo 1º como direito do cidadão e dever do Estado, tendo grandes desafios a enfrentar.

Contrariando a qualidade e universalidade das políticas sociais defendidas pela esquerda, esta forma de governar retrocede em relação aos avanços éticos produzidos historicamente contra o domínio dos valores tradicionais em proveito de uma minoria. A solidariedade perdida na cultura competitiva do mercado passa a ser resgatada em sua forma tradicional para convencer a sociedade civil de sua responsabilidade pela eliminação da fome e da pobreza (PINHEIRO, 2005, p.10).

Observamos inflexões, quando do apoio dado ao Movimento Nacional de Fé e Política é parcial, uma vez que parte da base não concorda com a direção tomada pelo PT no poder. Pinheiro (2005) reitera, por exemplo, que o 4º Encontro Nacional de Fé e Política, ocorrido em Londrina no ano de 2004, quando o governo federal já havia demonstrado sua linha de ação, foi rico e polêmico. A pauta do encontro foi traçada segundo o desenho das políticas públicas, sendo que um dos plenários mais participativos foi o de políticas públicas com enfoque na política nacional de Assistência Social, coordenado por Márcia Lopes, então secretária executiva de assistência social do Governo Lula (p.200). Ainda segundo Pinheiro (p. 215) durante o encontro adotou-se um tom de prestação de contas e de divulgação dos programas do governo, chamando os militantes para participar dos conselhos e enfatizando que a política social é um direito conquistado, cuja execução deve ser coletivamente controlada. Até então, o que se observa é uma busca de colaboração das bases em relação ao início de uma política inédita, que poderia não se legitimar sem o apoio da população e nem o apoio das classes mais favorecidas que, nos anos seguintes adotaram o PBF como constante objeto de crítica conservadora. De acordo com o que foi exposto acima, vemos que a relação entre a militância católica e o PT é das mais complexas e deve ser ponderada tanto pelos ganhos quanto pelas perdas que a chegada do partido ao poder pode ter acarretado para os movimentos sociais. Uma análise dessa trajetória e, sobretudo, dos matizes dessa relação ao longo dessa primeira década de governo do PT nunca pareceu tão oportuna.

OS CATÓLICOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DITADURA DO GRANDE CAPITAL.

Ao analisarmos a atuação política da Igreja no contexto do golpe militar², podemos perceber que setores do catolicismo brasileiro estiveram em consonância com os movimentos de resistência e oposição ao regime e definiu uma nova característica do campo da esquerda no Brasil. Essa atuação fez com que tais setores atuassem junto aos movimentos sociais urbanos.

No Brasil, a ala do clero católico articulada ao movimento de renovação da Igreja, a Teologia da Libertação, tornou-se, no período do regime autoritário, fonte geradora dos movimentos sociais, ao abrir espaços físicos e de orientação espiritual-ideológica para as massas populares urbanas (GOHN, 1991, p. 37).

Na compreensão da atuação política da Igreja, Michael Löwy (2000) chama a atenção para a *afinidade eletiva* que existiu entre a ética religiosa e as utopias sociais, que foi possível numa época caracterizada pela polarização social e pelo conflito político. A análise de uma identidade sócio libertadora por parte de setores do catolicismo no Brasil passa pelo reconhecimento de uma cultura política de resistência ou de confrontação a um modelo autoritário, compartilhada por setores da sociedade brasileira que reorganizaram a luta contra as condições sociais e políticas vigentes e buscaram a realização das transformações sociais, reivindicando uma alternativa de sociedade. Setores da Igreja estiveram presentes nesses movimentos, contribuindo na formação dessa afinidade. Löwy (1989) descreve que o percurso do termo *afinidade eletiva* é curioso, pois vai da alquimia à sociologia, passando pela literatura romanesca.

Um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal direta ou à “influência” no sentido tradicional. Trata-se, a partir de uma certa analogia estrutural, de um movimento de convergência, de atração recíproca, de confluência ativa, de combinação capaz de chegar até a fusão (LÖWY, 1989, p.13).

² A década de setenta, no Brasil, foi marcada pela definição de uma nova esquerda que abandonou as lutas anteriores, mas não perdeu seu caráter de luta pelas transformações sociais. Segundo Éder Sáder, com a introdução da Ditadura, em 1964, a esquerda redefiniu suas estratégias de ação. Nesse sentido, uma de suas plataformas era o combate ao regime militar na busca por realizar as transformações sociais. Assim, novas formas de atuação foram incorporadas à luta política, caracterizando uma esquerda que teve como suas principais estratégias a luta armada e a guerrilha (SÁDER, 1988, p.45).

Partindo desta perspectiva, Löwy (2000) identificou mudanças relevantes no cenário religioso latino-americano nas últimas décadas, explicando por dentro a lógica que seguiu parte do clero e dos fiéis das Igrejas locais levando a uma posição mais afinada com as lutas sociais, passando, com seus recursos materiais e espirituais para o lado dos pobres e de sua iniciaram após 1974 e se consolidaram em fins da década de 1970, e argumentou que se gerou um campo político de recusa a uma política autoritária, caracterizado por um sentimento de pertença e um conjunto de valores compartilhados, ainda que pudessem ser diversos quanto à base social e quanto à demanda formulada. Assim, no Brasil, durante a segunda metade dos anos 1970, originou-se um novo campo de oposição, que teve como característica forçar espaços de legalidade e participação numa conjuntura de distensão e abertura política. A Igreja se faz presente nesse processo principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). No entanto, não apenas nessa abertura de seu espaço físico caracterizou-se a atuação política da instituição.

É necessário reconhecer que a ala progressista realizou um trabalho popular e que muitos dos movimentos populares se articularam. O fato concreto é que este trabalho resultou na construção de uma identificação social dos grupos e camadas populares, criando laços de solidariedade e ações conjuntas.

Assim algumas CEBs através dos grupos de reflexão, que não mais refletiam apenas sobre a Divindade, discutiam sobre as condições concretas da comunidade, foram observadas como espaço da atuação política da Igreja Católica, porque no apoio aos movimentos sociais em face da conjuntura política, onde os governos militares utilizaram-se de mecanismos de controle social adotando estratégias no conjunto da sociedade como o enfraquecimento da representação política, a detenção conduzida a diversos movimentos sociais, sindicatos e universidades.

Através de seus mecanismos de ação, a atuação política da instituição foi disseminada nesta inter-relação entre Igreja e camadas populares. As CEBs permitiram assim o desenvolvimento de uma consciência crítica nos meios populares, o que as levou, pouco a pouco, a se mobilizar para defender seus direitos. O desenvolvimento crítico foi realizado através de grupos de discussão, suporte dado por intelectuais e mesmo a realidade de espoliação era a principal ferramenta de tomada de consciência. (LESBAUPIN, 2005, p. 33).

Esta experiência foi caracterizada pela autonomia e pela auto-organização que marcaram a estruturação dos movimentos sociais reivindicando e conquistando uma participação direta dos diferentes sujeitos no planejamento e gestão das políticas públicas e sociais, a exemplo dos Conselhos, assegurados pela Constituição Federal de 1988.

A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O MOVIMENTO NACIONAL DE FÉ E POLÍTICA

A crise desta teologia é um ponto a considerar quando se analisa sobre a importância das CEBs e dos cristãos nas lutas sociais no Brasil. Ela tem determinações políticas, tanto estruturais quanto político-institucionais não está isolada da crise política das organizações sociais de esquerda. No Brasil, o avanço da ideologia neoliberal trouxe consequências visíveis. Este ideário neoliberal construído para o enfrentamento da crise do Capital nos anos 1970 põe em questão o Estado de Bem-estar social, cujas características nortearam as lutas sociais, redundando na Constituição brasileira de 1988. Nesta, ficaram registrados os direitos sociais que foram objetos de efervescência dos movimentos sociais e das CEBs após os anos 70. Feitas essas considerações preliminares, tem-se que o período da contrarrevolução burguesa, sob o formato do regime ditatorial no Brasil (1964-1985) movido pela ampliação do império norte-americano no mundo capitalista, foi acompanhado de grande difusão do pensamento conservador e anticomunista, do qual a Igreja ou Vaticano um aliado, desconstruiu paulatinamente as orientações progressistas registradas no papado de João XXIII. Desse modo, a Teologia da Libertação surge como contestação desta realidade, ou seja, ela é resultado de uma inconformidade com as injustiças sociais provocadas pela lógica capitalista, que nesse período manifestava-se na divisão em um mundo bipolar (capitalismo x socialismo), demarcando o bloco capitalista conforme o grau de desenvolvimento, em três mundos. Esta Teologia nasceu num país classificado de terceiro mundo, onde a pobreza e as relações tradicionais se vinculam para

reproduzir a lógica privada que alimenta o Capital. Quando este sistema econômico começa a enfrentar nos países do chamado primeiro mundo, uma crise do consumo, todas as ações organizadas dos trabalhadores são criminalizadas, dentre as quais a Teologia da Libertação, a começar pela intolerância do Vaticano

Este contexto econômico, tem ponto culminante no Brasil dos 1990, os movimentos sociais sofrem um recuo, da mesma forma que o movimento sindical e os partidos políticos que se orientam pelo modelo norte-americano. As CEBs perdem o protagonismo que teve nas lutas sociais, embora num quadro de pluralismo democrático, muitos movimentos sociais se autonomizam, o que muitas vezes resultou em organizações não governamentais, assumindo o formato forjado pelas Nações Unidas e legitimados pelo governo brasileiro na mediação do diálogo com a sociedade civil. Porém, surgem novas formas de articulação das lutas sociais, entre as quais os fóruns sociais e a mobilização em rede, ganhando destaque os movimentos antiglobalização. Os movimentos de leigos da Igreja buscam outras formas de enfrentamento dessa conjuntura política e econômica, sempre orientados pelos princípios da Teologia da Libertação. Surgem os Fóruns Mundiais de Teologia e Libertação e novas formas de abordagem em busca de atualização da militância, de acordo com as reivindicações mais recentes de minorias sociais como mulheres, indígenas e negros. O Concílio Vaticano II e a Conferência de Puebla continuam alimentando os atuais movimentos para além das CEBs, porém, se os movimentos sociais se enfraquecem, a mencionada teologia necessariamente tem suas bases mais legítimas, abaladas.

A ofensiva conservadora do Vaticano na América Latina faz parte de um processo mais geral de *restauração* doutrinal e centralização autoritária na Igreja romana sob o pontificado de João Paulo II. A arma decisiva de Roma contra os desvios doutrinários e a atividade *excessivamente política* dos cristãos latino-americanos é a nomeação de bispos conservadores, conhecidos por sua hostilidade à teologia da libertação. Estes bispos se apressam a dissolver ou deslegitimar todas as redes e pastorais engajadas numa atividade social consequente em favor dos pobres. Ao mesmo tempo, o Vaticano toma medidas

diretas contra os religiosos ou teólogos mais avançados, excluindo-os de suas ordens religiosas como Leonardo Boff, que foi obrigado a escolher a ruptura. Ou seja, uma onda conservadora abala a cultura política e religiosa no país, de modo a deteriorar a teologia da libertação como um movimento periférico e desnecessário. O desafio principal desta teologia, da mesma forma que as demais forças de esquerda e de inspiração socialista é a denúncia e o combate das injustiças sociais produzidas pelo Capital e agudizadas com a ofensiva neoliberal, alimentando a necessidade de resistências populares.

A ala esquerda da hierarquia católica no Brasil, conseguiu inscrever no âmbito da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) o debate sobre a ética na política. Isto se deu a partir dos anos 1990, justificada a necessidade de resgatar os valores modernos, onde a democracia é uma das esferas centrais, mediante o Estado que constitucionalmente é o garantidor de direitos e justiça social, zelando pelos bens públicos e pela transparência quanto aos orçamentos da União. Instituiu-se a partir desse período uma política na Igreja voltada para a ética na política, abrindo uma brecha que legitima institucionalmente, um movimento mais amplo de pastorais sociais, das próprias CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e enfim, de todos aqueles que se orientam pela Teologia da Libertação - TdL. Uma reflexão é importante na condução desta pesquisa: 1. qual é o significado social desta política para o MNF&P e a relação deste com as políticas sociais nos Governos do período 2003-2011?

Primeiramente, é preciso entender as determinações históricas, políticas e sócio-econômicas de emergência do movimento ética e política, que alimenta dentre os quais os maciços Encontros Nacionais de Fé e Política³ - ENF&P. Estes tem caráter leigo, ecumênico e plural, são bianuais, recebem milhares de participantes de todo o Brasil, pautam-se numa agenda diversificada, relacionada com o debate interno do movimento de base,

³ Ver PINHEIRO, L, P & PANÇARDES, C. F. Políticas Sociais e movimentos sociais no Governo Lula. Lições da experiência política aos movimentos da teologia da libertação. As ideias desenvolvidas se encontram neste trabalho que foi apresentado na Faculdade de Ciências Sociais, no dia 24 de novembro de 2017, nas IX Jornadas Internacionais Ciências Sociais e Religião, organizadas pelo Programa Sociedade, Cultura e Religião do Centro de Estudos e Investigações laborais do CONICET – Universidade de Buenos Aires. O mesmo se encontra no prelo.

associando a conjuntura e o papel dos cristãos no engajamento político em defesa dos trabalhadores pobres e excluídos do poder econômico. A política ganha relevância, não exclusivamente em relação às representações partidárias, mas à responsabilidade ética dos representantes dos valores cristãos. Estes valores se inscrevem e se identificam na defesa dos direitos e interesses sociais daqueles setores que sofrem a exclusão não apenas econômica, mas também política, moral, étnica, racial, sexual, religiosa, etc.

O Movimento Nacional de Fé e Política foi criado em junho de 1989, durante um encontro de pessoas unidas pela Fé cristã engajada nas lutas populares, com o objetivo de alimentar a dimensão ética e espiritual que deve animar a atividade política. “Deixar-se animar pelo Espírito de vida” é a essência do Movimento Fé e Política, que não propõe diretrizes para ação política dos cristãos, nem se comporta como se fosse uma tendência político-partidária, mas que luta pela superação do capitalismo por meio da construção de um sistema socioeconômico solidário e respeitoso da vida do Planeta.

A conjuntura dos anos 1990 é no plano da economia mundial, de quase total hegemonia do projeto neoliberal. As consequências políticas se manifestam de diversas formas, causando impasses quanto ao futuro da sociedade, que inaugurou em 1988 no Brasil, a sua constituição democrática mais avançada. Os anos 1980 foram os mais ricos no aspecto de participação popular, em forma de manifestações organizadas da sociedade civil em luta por democracia, após mais de duas décadas de ditadura militar (1964-1986) e de privilégio da burguesia industrial e financeira. Os impactos da crise das esquerdas no mundo após a queda do muro de Berlim e a reincidência da política tradicional renovada pelo voto popular, geram a hegemonia de partidos populistas, demagógicos e não menos corruptos, nos primeiros anos de democratização. Esse período é marcado pela entrada no país das reformas de caráter neoliberal, que corroem o ideário democrático conquistado pelas organizações sindicais e pelos movimentos sociais organizados, causando desemprego e trabalhos precarizados sem garantias sociais. Ao lado das reformas conservadoras o Estado atua como financiador das grandes obras que o país necessitava para alimentar o dinamismo da economia e as inovações que o mercado requeria, além dos equipamentos que a estrutura do

Estado exigia em suas novas atribuições constitucionais, de acordo com o crescimento populacional. O adiantado grau de individualismo que juntos geram o desemprego, a sociedade de mercado e a terceirização da economia, produziu novas gerações sem formação política democrática e em um projeto cultural que elas podiam construir e beneficiar as gerações futuras. Estas se tornam vulneráveis ao discurso pragmático e esvaziado dos valores universais.

III – CONCLUSÃO.

Nesse sentido, pode-se entender que a década de 1990 é um marco do ideário neoliberal e de uma cultura enraizada tradicionalmente nos valores da burguesia, elitista, egoísta e democrática em sua aparência. Depreende-se que esta cultura é formadora de inovadas formas de fazer política, baseadas na reprodução da ideologia do mercado, tornando o voto um produto com valor monetário e a publicidade como expressão da aparência que fundamenta as ações dos partidos políticos. O esvaziamento dos sindicatos e sua subordinação progressiva à mesma lógica, torna-os suscetíveis a esta engrenagem.

Baseado nesta realidade, donde as particularidades não cabem neste espaço, os movimentos de base da Igreja, assim como, a concorrência das religiões neopentecostais e neo-conservadoras, colocam desafios de sobrevivência não apenas a ala mais crítica e aos movimentos da teologia da libertação, como também aos conservadores. Essa realidade, acompanhada pelo Vaticano, exige políticas que resgatem o proselitismo e outros meios de arregimentar os cristãos, a exemplo da corrente carismática, representada pelo Papa João Paulo II, que perdura por mais de duas décadas, formando outro perfil de cidadão, alheio à política. Um tal contexto leva ao poder o Partido dos Trabalhadores, sua avaliação passa a ser superestimada pelos setores populares, mesmo que as políticas sociais do governo sejam tímidas e a economia siga as regras do mercado lideradas pelos organismos internacionais.

Afinal, a letargia não era atribuída somente à vontade dos indivíduos e movimentos sociais, mas a determinações mundiais, registrando esta avaliação certas particularidades no Brasil. Durante os quinze anos de governo, o país

manteve-se apagado em relação às lutas populares, enquanto aprofundavam as contradições sociais. Porém, se de um lado havia uma crise política das bases de esquerda limitando seu âmbito de ação, por outro lado, o Partido tratava de calar os movimentos sociais que serviram-lhe de base de apoio, corrompendo-os com migalhas e atraindo suas lideranças para o poder. No final da era petista, o quadro foi de uma total subordinação às regras do mercado na política, tanto dos partidos aliados, em especial aquele com maior número de votos e tradição mais antiga e perversa, que atraiu o PT para os seus métodos de competitividade eleitoral. Esse caminho é uma renovação da tradição eleitoral no Brasil, o que antes se chamava “política de cabresto”, agora a política mercadológica corrompe as ideologias, tornando-as uma mercadoria e atribuindo-lhes um valor particular, cuja variável é a capacidade de conquistar votos.

REFERÊNCIAS

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

IASI, Mauro. O processo de democratização e seus resultados: amenização ou intensificação da luta de classes. In: RODRIGUES, Mavi; BRAZ, Marcelo. **Cultura, democracia e socialismo**: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

LESBAUPIN, I. Comunidades de Base e Mobilização Social. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 14, 2005.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, São Paulo. n.1, p.73-80, 1998.

PINHEIRO, L. F. Movimento Nacional de Fé e Política. Desafios éticos e crises das esquerdas. **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p.90-118, 2005.

SADER, É. **Quando novos personagens entraram em cena (experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.